

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.842.139 - MG (2019/0300541-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
**RECORRENTE** : HERMANO BRANDAO RIBEIRO GONCALVES  
**ADVOGADOS** : LUCIANO SANTOS LOPES - MG074563  
CARLOS LUIZ DE LIMA E NAVES - MG120825  
IGOR CAMPOS DE OLIVEIRA PIRES - MG117978  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**EMENTA**

PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. NULIDADE. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA ENTRE A DENÚNCIA E SENTENÇA CONDENATÓRIA. INOCORRÊNCIA. OBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 568/STJ. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por **HERMANO BRANDAO RIBEIRO GONCALVES**, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea **a**, da Constituição da República, contra o v. acórdão prolatado pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**, assim ementado (fl. 280):

*"APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. ARTIGO 302 DA LEI 9.503/1997. PRELIMINAR. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO ENTRE A DENÚNCIA E A SENTENÇA. UTILIZAÇÃO DE CIRCUNSTÂNCIA (EMBRIAGUEZ) NÃO CONSTANTE DA INICIAL ACUSATÓRIA. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO OU AGRAVAMENTO DA PENA EM RAZÃO DA EMBRIAGUEZ. CIRCUNSTÂNCIA UTILIZADA COMO ELEMENTO DE PROVA DEVIDAMENTE APURADO E SUBMETIDO AO CONTRADITÓRIO DURANTE A INSTRUÇÃO DO PROCESSO. PRELIMINAR REJEITADA. MÉRITO. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DOS TIPOS CULPOSOS CARACTERIZADOS. CONDENAÇÃO MANTIDA.*

*– A ingestão de bebida alcoólica, confessada pelo acusado desde a fase policial, ainda que não narrada na denúncia, pode ser utilizada como um dos fundamentos para a*

*aferição da (des)obediência ao dever objetivo de cuidado, uma vez que tal circunstância foi devidamente explorada durante a instrução do processo (submetida ao contraditório) e não foi considerada para fim de condenação por delito autônomo (art. 306 do CTB) ou majoração da reprimenda, não havendo qualquer cerceamento de defesa.*

*- Para que se caracterize a ação típica culposa é necessário que se comprove o nexo causal entre o resultado e a conduta voluntária e descuidada praticada pelo imputado, bem como que a violação de dever de cuidado implique a criação de risco não permitido pelo ordenamento jurídico e que este se concretize no próprio resultado (relação de determinação entre a violação do dever de cuidado e a produção do resultado), além da demonstração da previsibilidade da ocorrência do resultado pelo agente.*

*- A existência de provas a demonstrar o preenchimento de todos os elementos constitutivos do crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor impossibilita o atendimento da súplica absolutória, devendo ser confirmada a sentença condenatória de primeiro grau"*

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente sustenta a violação dos arts. 41, 384 e 564, todos do Código de Processo Penal, ao argumento de que o v. acórdão recorrido, ao manter a condenação, ignorou a necessária observância ao princípio da correlação entre a denúncia e sentença, que incluiu indevidamente fato não descrito na exordial acusatória (embriaguez ao volante), que não constitui elementar do tipo penal pelo qual foi denunciado (art. 302 do CTB).

Afirma ainda que, *"os fatos eventualmente não descritos na denúncia podem ser incluídos na sentença penal condenatória (nessa ótica condenatória), desde que se situem no âmbito de configuração de uma elemento referente ao próprio tipo penal. Ainda, acompanhando o raciocínio desenvolvido em decisões reproduzidas acima, o descumprimento do dever de cuidado objetivo no crime culposos pode ser comprovado (e incluído como causa do delito na sentença penal condenatória) ainda que não tenha sido referido expressamente (por meio desses fatos específicos) na peça inicial*

*acusatória*" (fl. 302)

Alega que o apelo nobre deve ser provido, eis que as instâncias ordinárias não observaram os seguintes fundamentos (fls. 303-304):

*"Em primeiro lugar, circunstâncias que comprovariam o dever de cuidado objetivo precisam ser anunciadas na peça acusatória inicial, obrigação contida no artigo 41 do CPP;*

*Quando descoberta uma causa (fato) de um crime na instrução que contribui " para a configuração do tipo, torna-se, imprescindível, em eventual utilização de tal circunstância como fundamento para a condenação, o cumprimento do rito previsto no art. 384 do CPP ou a desconsideração deste fato.*

*A inobservância desse procedimento constitui nulidade por omissão de formalidade que constitui elemento essencial do ato, conforme art. 564, inc. IV do CPP"*

Aduz que *"no modelo processual penal brasileiro em vigor, embora ainda contaminado pelo paradigma inquisitório, nota-se em rara exigência por parte do legislador de 1941 a **determinação expressa e inquestionável quanto à obrigação por parte do Ministério Público para que exponha todos os fatos e circunstâncias do crime que o motivaram a apresentar a denúncia, conforme se lê no art. 41 do CPP**"* (fl. 304), o que foi olvidado pela Corte de origem.

Sustenta que *"a embriaguez é uma circunstância que não apenas deixa vestígio como é fundamental para a configuração de um delito específico, culposos, no trânsito. Por outro lado, a sua comprovação seria válida, se somente se, tivesse sido: em primeiro lugar, anunciada previamente na denúncia e; em seguida, se submetesse ao contraditório e em simétrica paridade entre as partes, com equilíbrio entre as partes para argumentar e comprovar. O que evidentemente não se observou nos autos"* (fl. 306).

Alega que *"não é a mudança da tipificação que enseja a mutatio libelli. É a alteração dos fatos para confirmar a tipificação que obriga ao aditamento da denúncia e uma nova instrução"* (fl. 308), na forma exigida pelo art. 384 do CPP, cuja vigência foi negada pelo acórdão recorrido eis que *"tanto na sentença quanto no acórdão que confirmou a condenação, fundamentou-se a*

*culpa (inobservância do dever de cuidado) parcialmente com base em fato não narrado na denúncia"* (fl. 308).

Pretende, ao final, o provimento do apelo nobre, a fim de que "*se declare a nulidade do processo, a partir da sentença condenatório, eis que ambas as decisões condenatórias utilizaram-se de circunstância não prevista na exordial para a configuração do crime e confirmação da culpa pelo recorrente*" (fl. 310).

Apresentadas as contrarrazões (fls. 338-340), o recurso foi admitido na origem e os autos encaminhados a esta Corte Superior.

A d. Subprocuradoria-Geral da República apresentou parecer pelo **desprovimento** do recurso especial (fls. 397-401).

É o relatório.

**Decido.**

Consta dos autos que o recorrente **Hermano** foi condenado, em primeiro grau, à pena de **2 (dois) anos de detenção**, em regime **aberto**, pelo delito previsto no art. 302 do CTB, tendo a pena corporal sido substituída por duas restritivas de direitos, consistente na prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária no valor de 5 (cinco) salários mínimos, além da suspensão do direito de dirigir pelo prazo de 2 (dois) meses.

Em segunda instância, o eg. Tribunal **a quo** negou provimento ao apelo da defesa, mantendo a sentença condenatória.

A questão a ser analisada cinge-se a observância do princípio da correlação entre a denúncia e sentença condenatória no presente caso. Aduz a defesa que o v. acórdão recorrido, ao manter a condenação, ignorou a necessária observância ao princípio da correlação entre a denúncia e sentença, que incluiu indevidamente fato não descrito na exordial acusatória (embriaguez ao volante), que não constitui elementar do tipo penal pelo qual foi denunciado (art. 302 do CTB).

O eg. Tribunal **a quo** assim se manifestou sobre o ponto (fls. 281-288):

**"PRELIMINAR.**

*Sustenta a defesa a nulidade da sentença porquanto, ao fundamentar o decisum na embriaguez do acusado, a magistrada prolatora da objurgada decisão violou o princípio da correlação, uma vez que fez uso de elemento circunstancial não descrito na narrativa fática consignada pelo Ministério Público em sua peça inaugural, o que acarretou ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa.*

*Contudo, após acurado exame das alegações da combativa defesa, entendo que lhe falece razão.*

*Conquanto, de fato, a denúncia não tenha descrito que o apelante encontrava-se em estado de embriaguez, não vislumbro qualquer prejuízo ao contraditório e à ampla defesa, uma vez que tal elemento fático (a embriaguez do apelante) não foi utilizada como majorante, qualificadora ou para configurar o delito autônomo inserto no art. 306 do mesmo diploma legal.*

*A utilização da embriaguez pela d. juíza como um dos fundamentos que a levaram à conclusão de que o apelante agiu com inobservância do dever objetivo de cuidado não macula a decisão de nulidade, até porque tal circunstância foi amplamente explorada na instrução probatória, mormente na audiência de instrução e julgamento, sendo oportunizada a defesa a elaboração de perguntas e questionamentos a respeito.*

*Portanto, não vislumbro qualquer prejuízo à ampla defesa e contraditório, não havendo que se falar em violação ao princípio da correlação, razões pelas quais rejeito a preliminar e passo ao exame do mérito recursal.*

**MÉRITO**

*A denúncia narra, nos seguintes termos, os fatos imputados ao acusado:*

*“(...) No dia 02 de agosto de 2015, por volta das 05:09 horas, no cruzamento da Avenida D. Pedro I e da Rua Padre Pedro Pinto, s/n, bairro São João Batista, nesta capital, o denunciado praticou homicídio culposo na condução de veículo automotor em face da vítima Gleison Adriano Dayrell.*

*Narra o incluso caderno informativo que, na data, hora e local supra, o denunciado estava retornando de uma festa na cidade de Vespasiano na condução do veículo Renault/Sandero EXP 16H, placas OQD-0267, quando deixou de observar os devidos cuidados e veio a colidir com a vítima Gleison Adriano Dayrell, que conduzia a motocicleta Honda/CB 300R.*

*Consta dos autos que a vítima estava trafegando pela via pública quando foi atingida na traseira da motocicleta que conduzia pelo veículo guiado pelo denunciado, que não*

***prestava a devida atenção ao trânsito.***

***Apurou-se que o denunciado agiu com imprudência e negligência, já que inobservou o dever de cuidado, não observando as condições de tráfego à frente e, também, por não guardar uma distância segura em relação ao veículo que seguia imediatamente à sua frente (motocicleta Honda/CB 300R).***

***Em razão do fato acima relatado, a vítima veio a sofrer as lesões corporais retratadas no Laudo de fls. 37/38, politraumatismo contuso, eficientes para levá-la a óbito (...)", f. 01d/02d.***

*Inconformada, a Defesa recorreu da decisão e busca a absolvição do acusado, sob alegação de que não foi suficientemente comprovada a culpa, ou seja, que o acusado tenha inobservado algum dever de cuidado.*

*No entanto, a despeito do esforço argumentativo da Defesa, analisando suas alegações à luz dos elementos probatórios contidos nos autos, vejo que razão não lhe assiste.*

*Como cediço, para que se configure ação típica culposa é necessário que se comprove o nexo causal entre o resultado e a conduta voluntária e descuidada praticada pelo imputado, bem como que a violação de dever de cuidado implique a criação de risco não permitido pelo ordenamento jurídico e que este se concretize no próprio resultado, além da demonstração da previsibilidade da ocorrência do resultado pelo agente. A propósito do tema, Juarez Tavares explica que:*

*[...]*

*Logo, não basta afirmar que houve um acidente, que o réu esteve nele envolvido e dele decorreu a morte da vítima. É preciso demonstrar também que a causa do sinistro foi a violação de um dever de cuidado que deveria ter sido observado pelo acusado, de maneira que a inobservância das normas jurídicas que regulamentam determinadas atividades, no caso, normas regulamentadoras de trânsito, crie um risco não permitido (juridicamente desaprovado) e que este se concretize no próprio resultado. Não é à toa, portanto, que o art. 18, II, do CP, exige que o resultado causado pelo agente se dê **por (ou em razão de)** imprudência, negligência ou imperícia.*

*E mais, acerca da aferição do referido dever de cuidado, cuja violação pode acarretar a responsabilidade penal por crime culposos, também são úteis as lições de Juarez Tavares, que a seguir transcrevo:*

*[...]*

***Dessa forma, na apreciação do dever de cuidado não se pode desconsiderar as condições fáticas em que o réu estava inserido no momento do fato, nem os aspectos normativos que regulam o cuidado imposto objetivamente pelo ordenamento jurídico. Além disso, deve ser avaliada, ainda, a previsibilidade da ocorrência do resultado pelo agente.***

*No caso em tela, percebo que todos os elementos caracterizadores do crime tipificado no art. 302 do CTB, estão preenchidos, não havendo*

possibilidade de absolvição do apelante, não obstante se reconheça o esforço defensivo.

A materialidade está positivada pelo APFD (f. 02/06), boletins de ocorrência (f. 11/14 e f. 16), ficha de vistoria de veículo (f. 15), laudo de necropsia (f. 37/38) e laudo de levantamento pericial de acidente de trânsito (f. 43/59).

A autoria, consistente no envolvimento do réu no sinistro, também é incontestada, haja vista todo conteúdo da prova oral, em especial a admissão pelo acusado em juízo de que era o condutor do veículo Renault Sandero, placas OQD-0267 e que, no dia dos fatos, efetivamente colidiu com a motocicleta que era conduzida pela vítima, evento do qual decorreu o óbito desta.

Portanto, não há dúvidas quanto à comprovação do nexo causal entre o resultado (óbito da vítima) e a conduta voluntária confessada pelo réu.

Na perspectiva do descuido da conduta cometida, especificamente na violação de dever de cuidado que implique a criação de risco não permitido pelo ordenamento jurídico, in casu, as normas regulamentadoras de trânsito, os elementos contidos nos autos são, igualmente, irretorquíveis.

**O apelante afirmou (oitiva em seara policial à f. 05 e interrogatório registrado em mídia digital, f. 101-A dos autos) que no dia dos fatos retornava de Vespasiano para Belo Horizonte, após participar de uma festa de confraternização em um posto de gasolina de propriedade de sua filha e de seu genro.**

**Informou que trabalhou na referida festa e, “entre 00:00 a 01:00 horas”, ingeriu aproximadamente 03 (três) latas de cerveja, não tendo feito a ingestão de outras bebidas alcoólicas após tal período, porquanto começou a trabalhar (“depois que a banda chegou”), tendo afirmado que ao final do evento “sentia-se em condições de dirigir”.**

Ainda segundo o acusado, quando retornava conduzindo seu veículo para Belo Horizonte, após sair da MG 30 e alcançar a Av. Pedro I, o sinal semafórico que se encontrava “fechado” – sinalizado com a luz vermelha indicativa de parada obrigatória para o condutor – “abriu” – passou a emitir a luz verde, sinalizando que o condutor pode prosseguir –, momento em que voltou a acelerar seu veículo, “quando viu tinha um vulto preto” parado no semáforo (um segundo semáforo, que distava cerca de cinquenta metros do primeiro e se encontrava “aberto”), momento em que tentou frear, mas acabou colidindo com a motocicleta conduzida pela vítima.

O acusado afirmou que no momento “estava muito escuro, era cinco horas da manhã” e que empregava a velocidade aproximada de sessenta ou setenta quilômetros por hora, alegando ainda que “não tinha nada aceso na moto” (f. 101-A), ou seja, “aparentemente a motocicleta estava com o seu sistema de iluminação apagado”.

**Inicialmente destaco, de plano, que a simples ingestão de bebida alcoólica, confessada pelo acusado, é incompatível com a direção de veículo automotor, uma vez que referida substância é sabidamente redutora de**

*reflexos do condutor, indutora de sonolência e relaxamento, e, portanto, já se mostra violadora da norma de dever objetivo de cuidado inserta no art. 28 do Código de Trânsito Brasileiro, segundo a qual “o condutor deverá, a todo momento, ter domínio de seu veículo, dirigindo-o com atenção e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito”.*

*Além da confissão do acusado, os sinais observados pelo agente fiscalizador constantes do termo de constatação de alteração da capacidade motora (f. 16), quais sejam, “olhos vermelhos”, “odor de álcool no hálito” e “dispersão”, bem como o relato em juízo corroboram a conclusão de que o apelante efetivamente ingeriu bebida alcoólica antes de assumir a direção de seu veículo automotor.*

*O Policial Militar Gedeão Alves da Silva, em juízo (mídia digital acostada aos autos), confirmou que o acusado apresentava olhos “bastante avermelhados” e “hálito etílico muito forte”, informando ainda que o apelante confessou ter ingerido três latas de cerveja e se recusou a fazer o teste no etilômetro.*

*Ao contrário do que aduzido pela combativa defesa, não vislumbro contradição relevante no depoimento desta testemunha. Ocorreu, em verdade, uma exploração maior dos relatos da testemunha no decorrer do seu depoimento, o que permitiu que esta esclarecesse sua concepção sobre o que havia afirmado.*

*Nesse sentido, se num primeiro momento a testemunha disse que o acusado estava com “fala desconexa”, após indagado e incitado e melhor esclarecer referida afirmação, explicou que o acusado conseguia se comunicar mas não conseguia descrever os fatos com uma sequência lógica, “não havia conexão nos fatos que ele apresentava”.*

*Conquanto tenha a testemunha Alexandre Roque de Azevedo, genro do réu, afirmado que não viu o acusado ingerindo bebida alcoólica na festa, tal afirmação não conduz ao entendimento de que o apelante não o fez, mormente porquanto por ele confessado e corroborado pelos demais elementos alhures mencionados.*

*Destarte, é inconteste que a ingestão de bebida alcoólica pelo acusado contribuiu, juntamente com outros fatores, para a não observância das condições de tráfego à frente (art. 29, II do CTB) – circunstância narrada na denúncia – que culminou na colisão fatal.*

*Repise-se, a constatação de que o acusado fez ingestão de bebida alcoólica, que foi melhor explorada e verificada durante a instrução criminal – mormente quando a audiência de instrução, da qual a defesa teve oportunidade de exercer o contraditório e auxiliar na construção do referido elemento de prova – não acarreta qualquer cerceamento de defesa, uma vez que esta se mostrou uma das causas da violação da norma de cuidado descrita na peça acusatória: “o denunciado agiu com imprudência ou negligência, já que inobservou o dever de cuidado, não observando as condições de tráfego à frente e, também, por não guardar uma distância segura em relação ao veículo que*



seguia imediatamente à sua frente"

Da análise do excerto colacionado, verifico que o acórdão recorrido invocou fundamentos para afastar a alegação de nulidade pela suposta violação do princípio da correlação entre sentença e denúncia que estão alinhados ao entendimento desta Corte Superior quanto ao tema, senão vejamos.

Com efeito, como bem asseverado pelo acórdão recorrido, *"Conquanto, de fato, a denúncia não tenha descrito que o apelante encontrava-se em estado de embriaguez, não vislumbro qualquer prejuízo ao contraditório e à ampla defesa, uma vez que tal elemento fático (a embriaguez do apelante) não foi utilizada como majorante, qualificadora ou para configurar o delito autônomo inserto no art. 306 do mesmo diploma legal. A utilização da embriaguez pela d. juíza como um dos fundamentos que a levaram à conclusão de que o apelante agiu com inobservância do dever objetivo de cuidado não macula a decisão de nulidade, até porque tal circunstância foi amplamente explorada na instrução probatória, mormente na audiência de instrução e julgamento, sendo oportunizada a defesa a elaboração de perguntas e questionamentos a respeito"* (fl. 282), não havendo que se falar, portanto, em inobservância ao princípio da congruência, ainda mais porque *"a constatação de que o acusado fez ingestão de bebida alcoólica, que foi melhor explorada e verificada durante a instrução criminal – mormente quando a audiência de instrução, da qual a defesa teve oportunidade de exercer o contraditório e auxiliar na construção do referido elemento de prova – não acarreta qualquer cerceamento de defesa, uma vez que esta se mostrou uma das causas da violação da norma de cuidado descrita na peça acusatória: “o denunciado agiu com imprudência ou negligência, já que inobservou o dever de cuidado, não observando as condições de tráfego à frente e, também, por não guardar uma distância segura em relação ao veículo que seguia imediatamente à sua frente"* (fl. 288).

Quanto ao tema, confirmam-se:

*"PENAL E PROCESSUAL PENAL HABEAS CORPUS*

*SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. PORTE ILEGAL DE MUNIÇÕES. ALEGADA NULIDADE POR VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO. NÃO OCORRÊNCIA. CRIMES PERMANENTES. FLAGRANTE. EXCEÇÃO À INVIOABILIDADE DE DOMICÍLIO. ART. 5º, XI, DA CF. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO CONFIGURADA. ART. 41 DO CPP ATENDIDO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO. NÃO VERIFICADA ILEGALIDADE. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. PENA RESTRITIVA DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.*

*I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, sedimentou orientação no sentido de não admitir habeas corpus substitutivo do recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício, em homenagem ao princípio da ampla defesa.*

*II - Segundo a jurisprudência desta Corte Superior, "é dispensável o mandado de busca e apreensão quando se trata de flagrante da prática do crime de tráfico ilícito de entorpecentes, pois o referido delito é de natureza permanente, ficando o agente em estado de flagrância enquanto não cessada a permanência." (AgRg no REsp 1637287/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe 10/05/2017).*

*III - O col. STF, em sede de recurso extraordinário submetido à sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que "a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade dos atos praticados" (RE 603.616/TO, Tribunal Pleno, Rel. Ministro Gilmar Mendes, DJe 10/5/2016).*

*IV - No caso, ficou demonstrado que o paciente estava sendo observado por militares em atitude consistente com a comercialização de drogas, sendo que no momento em que avistou as viaturas policiais correu em direção à sua residência, quando então dispensou uma bolsa na qual foram encontradas drogas e dinheiro em espécie. Tais elementos configuram as fundadas razões para autorizar o ingresso em domicílio sem autorização judicial ou consentimento.*

*V - Nos termos do art. 41 do CPP, a denúncia conterá a "exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos*

*pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas".*

**VI - No caso, a inicial descreveu adequadamente os fatos criminosos cometidos pelo recorrente, com todas as suas circunstâncias, de modo a possibilitar o exercício da ampla defesa e do contraditório, não havendo que se falar em inépcia da peça inaugural.**

**VII - O princípio da correlação ou da congruência configura efetiva garantia ao réu de que não poderá ser condenado sem que tenha tido oportunidade de se defender da acusação. Segundo o brocardo, o acusado defende-se dos fatos descritos na denúncia e não da capitulação jurídica nela indicada. Precedentes.**

**VIII - Na hipótese, a descrição fática constante da denúncia subsume-se ao tipo penal em que foi o paciente condenado, não havendo qualquer afronta ao princípio da congruência.**

**IX - "A execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal" (HC 126.292/SP, Tribunal Pleno, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe 17/5/2016).**

**X - Entretanto, no caso das penas restritivas de direitos, a Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça manteve o entendimento de que não cabe execução provisória antes do trânsito em julgado, nos termos do art. 147 da Lei de Execução Penal, consoante julgamento dos EDcl no AgRg no RE nos EDcl no AgRg no AREsp 971.249/SP, Rel. Min. Humberto Martins, DJe 28/11/2017.**

**XI - Esta Quinta Turma manifestou a mesma orientação no julgamento do AgRg no REsp 1.618.434/MG e do AREsp 971.249/SP.**

**Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício somente para suspender a execução da pena restritiva de direitos, até o trânsito em julgado da condenação."(HC 441.175/SC, Quinta Turma, Rel. Ministro Felix Fischer, DJe 20/06/2018, grifei)**

**"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS  
SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. LESÃO  
CORPORAL GRAVÍSSIMA. TRANCAMENTO DO  
PROCESSO-CRIME. ABSOLVIÇÃO. IMPROPRIEDADE NA VIA  
ELEITA. REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP ATENDIDOS.**

*VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO NÃO EVIDENCIADA. SISTEMA DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. VÍTIMA SUBMETIDA A DOIS EXAMES DE CORPO DE DELITO. PALAVRA DA OFENDIDA. LEI MARIA DA PENHA. NULIDADE DO ACÓRDÃO. DECISÃO MOTIVADA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. WRIT NÃO CONHECIDO.*

*[...]*

*3. No tocante à contrariedade ao princípio da correlação, tal regra deve ser entendida como a identidade entre o objeto da denúncia e a sentença, ou seja, o acusado deverá ser absolvido ou condenado pelos fatos descritos na peça acusatória, com vistas à garantia da ampla defesa e do contraditório, sob pena de nulidade. Importa destacar, ainda, que conforme a dicção do art. 383 do Código do Processo Penal, "o juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave".*

*4. Na hipótese, por certo, não há falar em malferimento ao princípio da correlação, pois a denúncia e o seu aditamento narraram as circunstâncias e as consequências da conduta delitiva. Além disso, malgrado tenha asseverado que o fato delitivo implicou o seu afastamento das atividades habituais por mais de 30 dias, o Magistrado a quo reconheceu, de igual modo, que as lesões acarretaram debilidade permanente à ofendida.*

*5. A alegação de inépcia da denúncia deve ser analisada de acordo com os requisitos exigidos pelos arts. 41 do CPP e 5º, LV, da CF/1988. Portanto, a peça acusatória deve conter a exposição do fato delituoso em toda a sua essência e com todas as suas circunstâncias, de maneira a individualizar o quanto possível a conduta imputada, bem como sua tipificação, com vistas a viabilizar a persecução penal e o exercício da ampla defesa e do contraditório pelo réu.*

*6. No sistema da persuasão racional ou do livre convencimento motivado adotado pela Constituição Federal (CF, art. 93, IX), inexistente hierarquia entre os elementos probatórios, não sendo possível afirmar que uma determinada prova testemunhal ostente menor valor probante que a de outra espécie, já que o juiz formará sua convicção pela livre apreciação de todos os elementos de convicção produzidos nos autos, podendo indeferir a produção de prova que entenda desnecessária para a solução da controvérsia (CPP, art. 155, caput).*

*[...]*

*13. Writ não conhecido"(HC 391.771/RJ, **Quinta***

**Turma, Rel. Ministro Ribeiro Dantas, DJe 31/10/2017)**

*"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. DENÚNCIA. INÉPCIA. NÃO OCORRÊNCIA. CORRELAÇÃO ENTRE SENTENÇA E DENÚNCIA. OBEDIÊNCIA. MATERIALIDADE A AUTORIA. COMPROVAÇÃO. ABSOLVIÇÃO. SÚMULA N. 7 DO STJ. CAUSA DE AUMENTO ART. 226, II, DO CP. MANUTENÇÃO. CONTINUAÇÃO DELITIVA. OCORRÊNCIA. FRAÇÃO ADEQUADA. DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. INCOMPETÊNCIA. EXECUÇÃO IMEDIATA DA PENA. REFORMATIO IN PEJUS. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.*

*1. A acusação formalizada pelo Ministério Público preencheu os requisitos do art. 41 do CP, pois, além da existência da prova do crime e de indícios suficientes de sua autoria, discriminou os fatos, em tese, praticados pelo recorrido, com todas as circunstâncias até então conhecidas, de forma a permitir o contraditório e a ampla defesa da acusação da conduta tipificada no art. 217-A do Código Penal.*

*2. O acórdão ora atacado não incorreu em violação dos dispositivos apontados pelo recorrente, pois devidamente respeitado o princípio da correlação entre denúncia e sentença (art. 384 do Código de Processo Penal), uma vez que o Magistrado singular condenou o recorrido com base nas provas colhidas nos autos, cuja base fática foi devidamente descrita na peça de acusação, da qual o acusado teve oportunidade de se defender.*

*3. Com a prolação de sentença condenatória, fica esvaída a análise do pretendido reconhecimento de inépcia da denúncia. Isso porque, se, após toda a análise do conjunto fático-probatório amealhado aos autos ao longo da instrução criminal, já houve um pronunciamento sobre o próprio mérito da persecução penal (denotando, ipso facto, a plena aptidão da inicial acusatória), não há mais sentido em se analisar eventual inépcia da denúncia.*

*4. A instância antecedente apontou a existência de provas suficientes da autoria, da materialidade e da continuidade delitivas, com base, principalmente, nos depoimentos da vítima, que estão em consonância com as demais provas dos autos, a saber, as testemunhas de acusação, o parecer psicossocial e o laudo produzido.*

*[...]*

*11. Agravo regimental não provido."(AgRg no AREsp 1055802/SP, Sexta Turma, Rel. Ministro Rogério Schietti Cruz, DJe 9/10/2017)*

Oportuna a manifestação da d. Subprocuradoria Geral da República em parecer que conta com a seguinte ementa (fl. 379):

**"RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO OU CONGRUÊNCIA. VIOLAÇÃO DO DEVER DE CUIDADO DEMONSTRADA. RÉU QUE NÃO FOI PUNIDO POR EMBRIAGUEZ.**

1. *O princípio da congruência ou correlação, no processo penal, estabelece a necessidade de correspondência entre a exposição dos fatos narrados pela acusação e a sentença.*

2. *No caso, a condenação está em estrita correlação com a imputação feita na denúncia, no sentido de que o crime foi cometido em razão da violação do dever de cuidado (negligência ou imprudência), situação descrita na exordial acusatória. Nesse sentido, as instâncias ordinárias concluíram que o réu, que já possui idade avançada e passara a noite trabalhando, além de ter ingerido bebida alcoólica, não estava em condições para dirigir.*

3. *O réu não foi punido por fato não descrito na denúncia (ingestão de bebida alcoólica antes de dirigir veículo automotor), mas este foi apenas um dos fatores que levaram à conclusão de que realmente ele agiu de forma imprudente ou negligente, violando o dever de cuidado. Assim, inexistiu violação ao princípio da correlação ou congruência.*

4. *Parecer pelo desprovimento do recurso especial"*

Dessa forma, estando o v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal **a quo** em conformidade com o entendimento desta Corte de Justiça quanto ao tema, incide, no caso o enunciado da Súmula 568/STJ, **in verbis**: "*O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*"

Ante o exposto, com fulcro no art. 255, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do STJ, **nego provimento** ao recurso especial.

P. e I.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Leopoldo de Arruda Raposo  
(Desembargador Convocado do TJ/PE)

Relator